



RUI KNOPFLI: UMA POÉTICA DA HETEROTOPIA

RUI KNOPFLI: A POETICS OF HETEROTOPIA

Dr. Mário César Lugarinho¹

RESUMO: O conceito de heterotopia, de Michel Foucault, permite que se aborde a obra de Rui Knopfli através da tensão entre matéria literária e experiência vivida. Entre elas, o afeto se instala para produzir sentido, que ativa tanto a memória, quanto a corporalidade.

PALAVRAS-CHAVE: heterotopia, exílio, biografia, poética, afeto

ABSTRACT: *The concept of heterotopy, of Michel Foucault, allows one to think the work of Rui Knopfli through the tension between literary matters and lived experience. Among them the affection installs itself to produce sense, which activates both the memory, as the embodiment.*

KEYWORDS: *heterotopia, exile, poetry, biography, affection*

Da ideia já nada,
Ou quase, sobra.
Senão o poema.

Rui Knopfli

Heterotopias

O conceito de “heterotopia”, proposto por Michel Foucault em conferência ao *Cercle d'Études architecturales de Túnis*, em 1967, desde a sua divulgação na coleção *Dits et écrits* (1994), tornou-se bastante recorrente nos estudos das ciências humanas que se encaminham para a problematização da categoria analítica do “espaço” face à formação de identidades e de subjetividades.

Desse conceito derivam outros conceitos e noções que ofereceram possibilidades de sentidos às formas como as análises lidam com a categoria do espaço, das quais podem ser destacados os conceitos de espaço, local, ambiente, lugar e território, ou as noções de origem, diáspora, hibridismo, territorialização, desterritorialização, enraizamento, desenraizamento, pertencimento ou exílio.

1 Professor Associado da Universidade de São Paulo, Livre-docente (USP, 2012). lugarinho@usp.br

Em “Des Espace Autres” (em inglês “Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias”), a referida conferência de Foucault, o conceito de heterotopia é aquele que permite a compreensão de espaços cujas significações se sobrepõem às suas funções e à sua forma física. Foucault sublinha que são espaços absolutamente outros nos quais se adentra, ou se é levado a adentrar, a fim de que uma transformação significativa seja operada num indivíduo em trânsito e que, ao fim da travessia, encontrar-se-á e reconhecer-se-á eminentemente outro. Nas sociedades primitivas, seriam os espaços iniciáticos e rituais reservados à transformação biológica do indivíduo, como as experimentadas na fase da puberdade, nos quais o menino e a menina eram inseridos para dele emergirem como homem ou mulher adultos e, assim, assumir uma nova função social.

Atento às continuidades e descontinuidades da História, Foucault apontava que esses espaços sobreviveram como heterotopias contemporâneas na forma de instituições sociais, como os colégios internos, onde a criança torna-se e é tornada outra, um adulto. Foucault, ainda, elenca outros espaços contemporâneos nossos em que se pode reconhecer a sua condição heterotópica, como os cemitérios, as prisões e os jardins botânicos.

Foucault buscava compreender como os sentidos reunidos nesses espaços vinham a determinar outras formas de comportamento e compreensão tanto daquele espaço quanto do seu entorno. A experiência da travessia impõe uma sensação intervalar aos indivíduos, como o reconhecimento da instabilidade do tempo e do espaço que, tanto quanto a visita a um cemitério pode provocar, bem como a visita a um jardim botânico, preenchido por plantas exóticas e estranhas à paisagem natural do seu entorno.

Dessa maneira, como espaços intervalares, que tanto impõem, quanto desestabilizam sentidos aos seus transeuntes, a heterotopia se difere e se contrapõe a qualquer forma de utopia, na medida em que o espaço heterotópico se encontra inscrito no real, possuindo, portanto, uma localização geográfica definida. Apesar de apontar que as colônias puritanas na América do Norte e as missões jesuíticas na América do Sul poderiam ser percebidas como espaços efetivamente reconstituídos à imagem das utopias do século XVII, levando a crer que o acesso à utopia se dá pela heterotopia, Foucault concluía que os navios transatlânticos seriam as heterotopias por excelência daquele século, e para os seguintes, porque através deles não apenas as viagens entre terras distantes eram proporcionadas, mas com eles as riquezas que fundamentaram o capitalismo moderno fluíram e condicionaram os sonhos da modernidade.

Como se sabe, a experiência colonial europeia não se constituiu por aquela perspectiva utópica. Ao contrário, o colonialismo, sobre o qual se assentou o desenvolvimento econômico europeu, experimentou no comércio marítimo a sua forma mais evidente de acumulação. Matérias-primas e escravos eram transportados de um lado a outro dos oceanos, banalizando e naturalizando as experiências heterotópicas. Pode-se arriscar inferir, a partir de Foucault, que o colonialismo e o trânsito humano dele decorrente são os fenômenos mais evidentes e mais próximos de nós que demonstram a heterotopia moderna. Especialmente se recorrermos às formas mais recentes do colonialismo no século XIX e XX, quando os interesses econômicos e beligerantes se sobrepuseram a todo e qualquer outro sentido utópico. Exemplo evidente desse processo é o epílogo do romance de Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*, no qual o protagonista, ao viajar para a África a bordo do paquete “Portugal”, apresenta, ao retornar, uma evidente transformação física regeneradora. Na perspectiva eciana, não apenas o navio, mas também o espaço colonial eram heterotopias, o que significa dizer que as colônias africanas eram não um destino, ou seja, o lugar da utopia: a viagem seria o procedimento pelo qual se deveria passar para se tornar outro e do qual se retornaria para a nova utopia, a metrópole, a ser reconstruída pelos novos homens regenerados através da experiência colonial.

É interessante observar que, no caso do colonialismo português do século XX, uma tensão entre utopia e heterotopia foi instalada a partir do momento que se intentou formalizar um novo Portugal no largo espaço colonial, disseminando a política da “portugalidade”. Mais tarde, ante a sua insistência em manter o estatuto colonial das terras de além-mar, o Estado português forjou uma continuidade espacial entre a metrópole e suas colônias, verificada também na maneira de como se apoderou da teoria do lusotropicalismo, quando formulou o “Portugal ultramarino”. Teoricamente, as colônias deixavam de ser o espaço do absolutamente outro, para serem incorporadas e potencializadas no espaço “original” português, alargado para as regiões tropicais. Discursivamente, era a constituição de um Estado e de uma nação “una e indivisível, do Minho ao Timor”.

Pode-se dizer ainda que, enquanto os espaços coloniais eram reconhecidos em sua alteridade e a condição heterotópica era garantida, o exercício do poder colonial não interferia nas práticas usuais daquelas populações, dos quais se destaca a narrativa de Alfredo Troni, *Nga Muturi* (1882), como testemunho daquele tempo, já que, certamente, foi essa sociedade com que o protagonista d’*A ilustre casa de Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires, conviveu durante sua estada na África.

No século XX, quando a população das colônias foi obrigada a abrir mão da sua alteridade, por conseguinte, da condição heterotópica do espaço colonial, deixando, portanto, de ser o “outro” para se tornar o “mesmo”, e foi identificada em uma rígida organização social de castas, reconhecida pelo aparato jurídico estatal, é que se passou a reivindicar uma alteridade mais absoluta que culminou com as ações bélicas (1961-1974) que desaguarão nas independências das nações africanas (1975). O espaço colonial como utopia era reconstituído, reconstruído e redefinido como território nacional, local que conferia concretude à nação, inscrevendo-a na História e constituindo-a numa nova condição topográfica – território geograficamente definido por fronteiras “nacionais”.

Exílio

Durante o tempo da guerra nas antigas colônias portuguesas (1961-1974), a heterotopia esteve nos campos de batalha ao mesmo tempo em que, deslocada para fora do teatro de operações, constituiu-se como experiência de exílio. Os indivíduos, identificados como combatentes (de ambos os lados) e como exilados políticos, atravessaram experiências semelhantes, na medida em que a afirmação de suas identidades foi levada ao paroxismo. Contudo, no caso do combatente, o paroxismo é derivado da extrema interiorização espacial, onde se localizaram as ações bélicas e que se auto justificavam pela urgência histórica, política e corporal do combate. No caso do exilado, a identidade se potencializou pela experimentação da distância e do reconhecimento de sua alteridade e no “não-lugar” que ocupou tanto no seio do espaço do qual se originara, quanto nos espaços que o abrigaram durante os exílios.

Interessa, aqui, a segunda espécie de indivíduos, os que se apartaram ou que foram apartados das ações diretas de beligerância e para os quais a experiência da alteridade se deu pelo reconhecimento do espaço da heterotopia. O “mesmo” que se tornou “outro” – o trânsito de sua identidade em espaços que lhe marcavam insistentemente a diferença.

Seguindo Foucault, existem também espaços que se constituem como as heterotopias do tempo, em seu exemplo, os museus e as bibliotecas. Nesses espaços intervalares, coexistem objetos que dão testemunhos sobre outros tempos e espaços, objetos deslocados que, reunidos, concretizam vários tempos e espaços e que, por isso, naturalizados em sua condição intervalar, induzem o indivíduo a alguma consciência ucrônica.



Apesar de não considerados na conferência de Michel Foucault, os espaços de exílio, resultado de uma articulação espaço-temporal, são efetivamente heterotopias porque, além de serem um intervalo, estabelecem também tempos suspensos, as heterocronias (o tempo que se experimenta enquanto se atravessa o intervalo e que se torna um “outro” tempo). O exílio, no entanto, cria sensação singular, porque os objetos que nele se dispõem insistem em se constituir em heterocronia e heterotopia e, conseqüentemente, em plena anacronia, ao se revestirem de significações ofertadas pela memória do indivíduo e que a ela são remetidas continuamente.

O deslocamento do indivíduo exilado pela heterotopia é, assim, chamado de errância, já que o espaço de exílio não é definitivo porque o instala numa instabilidade permanente. Impossibilitado de deitar raízes nesse outro espaço, ele se encontra na heterotopia porque a memória da origem é potencializada e o restabelecimento do contato com sua anterioridade é alimentado continuamente. O exílio é, assim, intervalo, heterotopia e heterocronia – ao mesmo tempo em que o indivíduo anseia pela ucronia. Aqui, verifica-se uma aporia potencial na qual o indivíduo exilado é lançado, levando-o a revestir o seu “destino” com um caráter agônico e trágico. Aporia porque heterotópico e potencialmente permanente.

A heterotopia torna-se conceito funcional na medida em que permite a compreensão de estratégias comuns à produção literária de autores que experimentaram o exílio e dele extraíram matéria para as suas produções literárias. O exílio como heterotopia estabelece questões bastante inusitadas para uma crítica literária que se acostumou a separar radicalmente a produção literária da experiência individual do autor. A introdução e o desenvolvimento da temática do exílio, no entanto, é flagrantemente resultado de experiências individuais convertidas em experiências literárias – vida e representação da vida confundem-se de maneira em que são reconhecidas que as fronteiras seguras entre o evento biográfico e a matéria literária são embaçadas e diluídas. Para isso, a dita descontinuidade entre obra literária e biografia autoral deve e pode ser revista.

Pouco se sabe da biografia de Camões, mas sabemos dos vários poemas que escreveu acerca do tema do exílio, notadamente nos poemas nos quais contrapõe os espaços da Babilônia e de Sião. A narrativa bíblica do exílio do povo hebreu serve-lhe de mote para falar de sua própria experiência – exílio dos hebreus na Babilônia, exílio do poeta no Oriente – nada de novo aí se instala, a não ser o fato da criação de uma Babilônia e de um Sião metafóricos que, reivindicando os sentidos bíblicos, potencializam as sensações experimentadas pelo poeta, ao mesmo tempo em que revestem sua história pessoal de experiências sacrificiais extremas. A criação de sentido se dá, então, como se sabe, como um jogo. O leitor sabe que Camões não era hebreu e que seu exílio, tampouco, foi em Babilônia, mas o jogo presente no poema faz com que os significantes deslizem e potencializem a significação da experiência particular do exílio. É o exílio do povo hebreu, mas é o exílio do poeta e é o exílio do indivíduo Luís de Camões. Se convocássemos a poética pessoana, poderíamos dizer que se está na antessala da “autopsicografia”, já que a dor necessariamente não era fingida, mas que, ao se fazer fingida, pela pontencialização dos significados evocados, acaba por “fazer bem”.

Aporias do exílio

Rui Knopfli, nascido em Inhambane (Moçambique) em 1932 e falecido em Lisboa em 1997, veria publicado o seu primeiro livro – *O País dos Outros* – em 1959. Seguiram-se *O Reino Submarino* (1962) e *Máquina de Areia* (1964), mas é em *Mangas Verdes com Sal* (1969) que se lhe reconhece a maturidade poética. *A Ilha de Próspero* (1972) e *O Escriba Acorçado* (1978) antecedem *Memória Consentida – Vinte anos de poesia* (1983) – antologia organizada pelo autor. Sucederam-lhes, ainda, *O Corpo de Atena* (1984) e, finalmente, *O Monhé das Cobras* (1997).

Além de branco, era descendente de emigrantes suíços que para Moçambique haviam se deslocado anos antes de seu nascimento, com isso experimentaria, como se percebe ao longo de sua extensa obra, a sensação de não pertencimento a terra alguma, de permanente exílio experimentado onde quer que estivesse. Em 1975, abandonou Moçambique, tendo se localizado em Londres onde fora trabalhar para a embaixada portuguesa. Não fosse apenas a sua origem familiar suíça, que lhe conferia uma condição estranha à comunidade branca de origem portuguesa com que convivera em Moçambique durante os tempos coloniais, e o exílio voluntário que experimentou a partir de 1975, quando da independência da ex-colônia, sua obra, certamente, desde os primórdios, estaria em permanente disputa, tanto por moçambicanos, quanto portugueses.

Com poucos estudos críticos, especialmente no Brasil, onde rareia bibliografia a seu respeito, Knopfli foi autor de uma obra inquieta e inquietante, para a qual os instrumentos usuais da crítica literária, ao se debruçar por sobre obras originadas das nações africanas de língua oficial portuguesa, não são funcionais, dentre eles a sistematização da identidade nacional em formação, como apontam tanto Francisco Noa (1998), quanto Luís de Sousa Rebelo (2003). Mas, para efeitos desse breve estudo, interessa, aqui, o sentido trágico existente em sua obra, observação já apontada por Francisco Noa, ao afirmar que a obra de Knopfli se fundamenta “no estigma do desenraizamento (temporal e espacial), traduzindo a tensão entre a pertença a um universo e o sentimento constante de desajustamento face a ele” (NOA, 1998, p. 79).

Em *O escriba acororado* (1978), do primeiro ao último poema, “Proposição” e “Posposição”, respectivamente, há aporias que se resumem a partir da proposição do título, ao reunir a tradição da escrita, na imagem do escriba, que, ao invés de sentado, como na famosa estatueta egípcia, encontra-se acororado, na tradicional posição do homem da África subsaariana. Em sua proposição, tanto quanto a poesia, a História é síntese entre os sentidos que se reúnem na imagem construída do escriba acororado. “Proposição”, o primeiro poema, afirma que “o fabrico da História que há de ler-se (...) é por mim escrita”, já que “escrevendo, escrevo-me”. Assim, por esta síntese, a subjetividade do poeta emerge a fim de que se perceba a transitoriedade das ações e dos eventos, visto que, incluindo-se na escrita, que é história e poesia, por elas é movido e por elas é mudado. Enfim, a História, para Knopfli, é uma heterotopia. Assim percebido, a transitoriedade dos eventos, a instabilidade dos sentidos, o não-lugar ocupado pelo poeta por estar em exílio permanente, ganha dimensão de espaço de enraizamento porque se perpetua na escritura do poema e garante a sua sobrevivência para além da História dos heróis e dos mitos. O poema “Pátria”, segundo poema de *O escriba acororado*, dá-nos a certeza desse sentido na medida em que o poeta afirma, glosando Pessoa:

(...)
 Uma
 só e várias línguas eram faladas e a isso,
 por estranho que pareça, também chamávamos pátria
 e acrescenta, ao final,
 (...) pelo mundo
 se alcança parte nenhuma; se restringe ficção
 e paisagem ao exíguo mas essencial: legado
 de palavras, pátria é só a língua em que me digo.
 (Knopfli, 2003, p.379-80).

Knopfli dimensiona de forma trágica a sua permanência como indivíduo exilado e sujeito de um discurso que se assenta por sobre a instabilidade dos sentidos que a História determina e que só se fixa pelo significativo, porque nem a memória, depósito dos sentidos, pode oferecer alguma estabilidade e utilidade ao sujeito. O sujeito poético está submetido, apesar da lembrança, à “lenta dinâmica/corruptora do tempo”. E eis que o tempo emerge como a grande força que induz à instabilidade, porque dele,



(...) a vida
 Em seu acidentado curso se salda por longo
 reiterar de aproximações rumo à verdade, confusa
 teia de retrocessos, falsas pistas, infrutíferas

buscas, constante e pertinaz correcção
 de rotas através da bruma ou da luz
 (...)
 (Knopfli, 2003, p.386).

Apenas a morte, aporia dos sentidos, induz à verdade da vida, porque nela os sentidos se reduzem aos cadáveres, aos restos de esqueletos depositados sob a terra. No poema “Babel e o labirinto”, curiosamente localizado na geografia da cidade de Paris, o poeta encontra a mesma imagem que o poeta português Manuel Alegre já apontara sobre a condição da errância que o exílio impõe:

(...)
 Cegos caminhamos
 a ocultas de nós próprios, enquanto
 nós próprios nos espreitamos outros
 desde um mapa longínquo e luminoso

 que sabe a fruto perdido da inocência
 (...)
 (Knopfli, 2003, p.396).

Mas em Knopfli não há um solo épico a demarcar o desejo de reversão dos tempos ou de construir um sentido que aponte para o futuro. O sujeito encontra, através de sua imagem mais cara, emparedado, como o sol entre nuvens, porque

(...) O coração, outro emparedado

 da mais soturna obscuridade. Por entre ossos,
 carne, epiderme, bate transida a alta coluna
 de sangue. Levanto a gola do sobretudo até a alma.
 O plátano indiferente, trémula a folha, perpendicular
 e rápida a noite. Sempre a noite gelando

 em seu exíguo âmbito, a mais exígua esperança.
 (...)
 (Knopfli, 2003, p.400-401).

A obra de Knopfli, como o próprio autor, ficou por muito tempo localizada num limbo literário, muitas vezes encerrada no âmbito da literatura portuguesa, outras vezes no limbo da poesia escrita em língua portuguesa. Decididamente, foi o trabalho de Francisco Noa que reinstalou Rui Knopfli no âmbito moçambicano, na medida em que reconhecia a continuidade que vários poetas moçambicanos, a ele posteriores, davam a sua obra. A confiança na palavra, na síntese entre a escrita e a oralidade, era a utopia que lhe restava. A ela se alia o corpo e a sensação da corporalidade, residência das sensações e da realidade dos afetos.

Afetos

Do exílio trágico e aporístico de Rui Knopfli, fica-nos apenas a certeza da sobrevivência de uma literariedade que se instala a partir dos limites intervalares do discurso que se contrói por sobre a instabilidade dos sentidos, criando uma (des)ajustada relação entre espaço e poesia, entre a experiência biográfica e a produção literária. A poesia aqui é testemunho, ao mesmo tempo em que é produção de sentido e, portanto, plurissignificação. O país a haver resta no corpo, porque é dele que proliferam os discursos – o lugar privilegiado da subjetividade contemporânea. Não se pode deixar de assinalar ainda que Knopfli dá ênfase à afetividade, como forma de aproximação entre sujeitos diversos, na medida em que esta afetividade está intimamente relacionada ao processo de subjetivação. É pela afetividade que se acessa e se recusa o passado e se entende o presente. O afeto reside na experiência corporal através das mais diferentes formas, inclusive, e principalmente, nas suas formas mais sexualizadas. Em Knopfli o afeto é alento para a singularidade e reconhecimento da instabilidade do tempo, porque apenas no corpo, na sensorialidade corporal, os sentidos podem encontrar alguma estabilidade para o poeta em errância.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. “Des espaces autres”. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, v.5. Paris: Gallimard, 1994. p.752-62.

KNOPFLI, Rui. *Obra poética*. Lisboa: INCM, 2003.

NOA, Francisco. *A escrita infinita*. Ensaios sobre literatura moçambicana. Maputo: Livraria Universitária; Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

QUEIRÓS, Eça de. *Obra completa*. Porto: Lello, 1986. v.1.

REBELO, Luís de Sousa. “Prefácio”. In: KNOPFLI, Rui. *Obra poética*. Lisboa: INCM, 2003. p. 7-25.

Texto recebido dia 20 de abril de 2016 e aprovado em 25 de abril de 2016.

